



A constituição da sintaxe da corp(oralidade)

Lincoln Marco da Silva Salles

Doutor em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Este artigo toma como ponto de partida o trabalho *sociofuncionalista* de Salles (2011), que versou sobre duas estruturas sintáticas de constituintes à esquerda — *equativas de constituinte à esquerda* e estruturas com *topicalizações de objeto direto* — anunciadas oralmente como estratégia de venda por vendedores ambulantes¹ em situação de trabalho informal nos carros² dos trens da *SuperVia*³.

A discussão que aqui farei centra-se na mudança de perspectiva teórica para a Análise de Discurso peuchetiana (doravante, AD) que repensou os postulados de Salles (*op.cit.*), abrindo o caminho para um tratamento político em que busquei, discursivamente, compreender como o corpo do sujeito vendedor ambulante informal significa e é significado, interditado pelas formas do silêncio e do silenciamento. Nessa nova perspectiva, analisar o corpo *antes* do corpo dos sujeitos e o lugar em que se significa e se é significado representou ousar trabalhar a linguagem por outro viés que não o da análise puramente estrutural, como realizou Salles (*op.cit.*).

Salles (2015), sob enfoque da AD, traz outra ordem que considera o sujeito, a ideologia, a memória discursiva e as questões históricas que circundam os vendedores ambulantes informais como integrantes, *de dentro*, da cidade e da sociedade onde abroham seus sentidos. O trabalho com o real do sentido ancorou-se na noção de *incompletude* da oralidade que se abre para o simbólico e que pensa a materialidade histórica do corpo e do silêncio, sendo a falta o encontro do possível: “o silenciar não é calar, mas significar” (ORLANDI, 2007).

Nesse sentido, interessou-me como os sujeitos vendedores ambulantes informais, cariocas, individuados e interditados, são silenciados por meio de interdição legal e como respondem significativamente, na forma da resistência. Para que houvesse uma compreensão mais ampla da significação do corpo, foi preciso,

1 Para preservar-lhes o sigilo, os vendedores ambulantes, nas imagens, tiveram seus rostos desfocados.

2 Não utilizaremos o termo vagão, mas, sim, carro, por este se referir ao transporte humano.

3 Empresa atualmente responsável pela administração da malha ferroviária da região metropolitana do Rio de Janeiro.



definitivamente, romper com a transparência e encontrar o real do sentido na sua forma opaca. Foi preciso, também, abrir o olhar para a constituição de um *corpo-sujeito vendedor ambulante* atravessado por sentidos e que atravessa os carros dos trens diariamente. A imagem do *corpo-sujeito (in)visível* não funciona para uma simplória representação, contudo, significa o vendedor ambulante informal como um profícuo tear em que a sintaxe da *corp(oralidade)* tece-se e é tecida. Tais corpos (*in*) *visíveis* e silenciados dos vendedores ambulantes têm uma escuta que lhes confere *visibilidade significada*, porque o silêncio é referido em sentidos. É o silêncio, em sua anterioridade, que permite a eclosão dos sentidos em um processo que circunda a memória, a ideologia e as formações discursivas.

Silêncio e silenciamentos

Corroborando Salles (2015) e Orlandi (2007), o silêncio é materialmente significante, incompleto e opaco. Para que esse conceito e essa afirmativa possam ser, de fato, explicados, é preciso conceber que o silêncio não é vazio no tempo e no espaço, nem pode ser visto puramente como ausência de som ou como carente de sentido. Ficar em/no silêncio não é o mesmo que não dizer. Ao contrário, é significar, e a linguagem somente pode tecer sua significação no silêncio: quando palavras faltam, a ampla dimensão do indizível desvela-se. Nesse desabrochar do silêncio, estar sem palavras é, no movimento dos sentidos, estabelecer-se: o silêncio é o componente fundador da linguagem. Como isso pode ser possível? A possibilidade está na anterioridade de todo dizer. Está no *não dizer*, que é, antes de tudo, *dizer*. Orlandi (2007) menciona que “o silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras. [...]”(ORLANDI, 2007, p. 37)

Os sujeitos sempre dizem, e os sentidos não são únicos nem fixos. Os sentidos não são pensados, em AD, como perenes e atados a uma única forma histórica e a sujeitos determinados, em uma época específica. O sentido sempre poderá ser outro. Não há, nessa ótica, uma *hermeticidade*, se assim se puder nomear esse efeito. Há, sim, a errância dos sentidos que aponta sendas, possibilidades, interpretações, como a metáfora do espectro em que o mesmo, o repetido — efeito paráfrase — de ontem pode, hoje, significar-se diferentemente — o efeito polissemia. O aprisionamento dos sentidos é inviável por sua inerência ao fluxo, ao curso, como a imagem de um rio e do próprio discurso, que seguem e vão traçando novos e outros caminhos.

E quanto à opacidade? O silêncio significa e o faz por sua opacidade, materialidade que se processa no inconsciente. Entretanto, a opacidade do dizer, *opacus* na etimologia latina, é confundida com o diáfano, como se essa fosse sempre transpa-



rente. O diáfano na linguagem é inexistente, e a forma ilusória, o *diaphanes*, termo também latino, é, no real dos sentidos, opaco, o que não permite ver com clareza o que do outro lado figura. O silêncio entrelaça-se como a agulha que carrega a linha e faz o seu tramar nas relações que se dão entre o real e o imaginário pela ideologia.

Althusser (1985) coloca que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos por meio das práticas manipuladas pelos Aparelhos Ideológicos do Estado. Em AD, não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia; tendo o discurso sua materialidade específica, esse é inseparável da ideologia. Orlandi (2010) explica que:

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo a termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito e pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. (ORLANDI, 2010. p.47)

O silêncio é o gerador dos sentidos, e os sentidos são móveis e ininterruptos, viabilizando as relações *intersujeitos*, as formações discursivas, o âmbito da memória e o interdiscurso. Cabe salientar que o implícito não é o mesmo que o silêncio nem o mesmo que o *não dizer*, pois eles são *irrecuperáveis*. O implícito precisa, para ser depreendido, do que fora dito, do que se pode reaver.

O silêncio lança-se por contornos. Orlandi (2007) afirma que

1. O silêncio não fala, ele significa. É, pois, inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos.
2. Considero pelo menos duas grandes divisões nas formas do silêncio; a) o silêncio fundador e b) a política do silêncio. O fundador é aquele que toma toda significação possível, e a política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer. A política do silêncio distingue por sua vez duas subdivisões: a) o constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente) e b) local (a censura). (ORLANDI, 2007, p.102).





Os contornos aqui presentes são discursivos, políticos e ideológicos. A exegese e a investigação do silêncio e dos modos de silenciamento realizam-se onde a interdição do dizer é legal, local, circula, significa-se no corpo e exala-se pelo corpo.

Orlandi (2011) pensou o corpo que se significa pela dança e *antes* dela em *Pina Bausch*. A autora analisou como a metáfora material do corpo significa em sujeitos de diferentes formações discursivas, a bailarina clássica e *John Lennon da Silva*. Sendo a dança compreendida discursivamente, ela estabelece relação com os sentidos do silêncio, criando sua forma material: a bailarina não dança; *antes*, é significada. As relações do *corpo antes do corpo* dos vendedores ambulantes informais e suas formas de significação pelo silêncio evocam a memória, a história e a ideologia. A relação possível entre os bailarinos e os vendedores ambulantes na situação de informalidade é o sentido que acontece *antes da denominação*.

As relações entre o silenciamento e o silêncio abarcam o não dizer do sujeito; no caso, o elemento não verbal que o vendedor ambulante informal lança mão para comercializar seus produtos nos carros dos trens da *SuperVia*, no Rio de Janeiro. Ele anuncia *antes* de anunciar; vende, assim, *antes* de vender. Não há palavras, nem poderia haver. Eles, por meio de outros dizeres, permitem o transbordar dos sentidos. Seus dizeres silenciados os significam e por eles são significados – o *corpo silenciado*. A forma de silêncio que melhor se traduz, para tanto, é a da censura (local).

O silêncio, lembrando, possui materialidade significativa, incompleta e opaca, possibilitando e abrindo os caminhos para o simbólico. Assim, a análise do corpo *antes* do corpo compreende o corpo do sujeito em tela, o vendedor ambulante descredenciado, a ideologia, a memória e a historicidade que o cerca. Além desses, é preciso concebê-lo como parte da cidade e como sujeito resistente e atuante na contemporaneidade.

Nesse espaço entra o jogo entre a *individualização* e o *individualismo*, tais noções estão na questão do sujeito e do poder trazidas por Foucault (1984) e revisitadas por Haroche (1992). A autora, com base em alguns preceitos foucaultianos, aliados aos pressupostos da AD, fala sobre a questão da individualização, do isolamento e da passividade na história da gramática francesa que disciplinaria os franceses, exercendo neles uma forma de poder. Haroche (*op.cit*) define, em linhas gerais, a *individualização* que remete à falsa transparência de que o sujeito seria dono de seu dizer e que se realiza pela coerção da gramática francesa. O *individualismo*, por sua vez, está relacionado à resistência do individualizado.





Salles (2015) trouxe a *individualização* e o *individualismo* e os repensou quanto ao silenciamento pelo qual são submetidos os vendedores ambulantes que trabalham, informalmente, nos carros dos trens. Há, na relação desses ambulantes com a *SuperVia*, duas posições opostas e em confronto: uma delas, a da *SuperVia*, é marcada pela *individualização*, porque não permite, mediante coerção legal, venda em seus trens; a outra é o *individualismo* relacionado à resistência dos vendedores ambulantes, que vendem pelo silêncio.

A forma de resistência acaba se tornando necessária, até pela manutenção de sobrevivência. Há também a possibilidade de um sujeito que sofreu alguma coerção sublevar-se e resistir. O aspecto *individuado*, transgressor, delinquente dos vendedores ambulantes informais é o que os filia a uma nova ordem, uma sintaxe própria que faz circular os sentidos nos seus corpos silenciados, atravessados e que atravessam.

Corpo e Sintaxe

O corpo tem sua ordem, e ela é a linguagem. A forma sintaxe de que tratamos evoca, pelos sentidos, a palavra *ordem*. Foucault (1987, p. 10) diz que a ordem possui a acepção de “lei interior”, “aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem”.

Na definição dicionarizada no Houaiss Conciso (2011), a sintaxe é vista como “parte da gramática que estuda a estruturação das palavras numa frase e das orações no discurso” (p. 865). A sintaxe, originalmente, é “organização, composição; tratado; construção gramatical” (p. 865). A sintaxe da tradição estuda as relações entre os vocábulos em uma dada frase e as relações entre os períodos subordinados e coordenados.

A sintaxe tradicional em sua análise sintática, cuja visão está ligada ao que diz a etimologia grega, entende tais relações em uma tendenciosa ótica da transparência, na qual a instabilidade na ordem dos constituintes daria lugar a sentidos estáveis. Ribeiro (1998) diz que analisar é decompor, e, nessa lógica, a sintaxe verifica quais funções sintáticas, papéis, as palavras exercem na sentença. Essas funções são nomeadas como termos essenciais (sujeito e predicado); termos integrantes (complementos verbais e nominais e o agente da passiva); e termos acessórios (adjuntos (adnominais e adverbiais) e os apostos). Cabe também à sintaxe da tradição observar as relações de concordância verbal e nominal, a sintaxe de regên-





cia, e a disposição dos constituintes na sentença, a *sintaxe de colocação*. É inegável que segmentar para analisar corresponde ao princípio cartesiano influenciando as ciências. (MORIN; LÊ MOIGNE, 2000).

A mudança de rota em Salles (2015) não questionou a forma como os termos da oração são/foram concebidos, o modo como a tradição mescla, em diversos momentos, critérios semânticos e sintáticos e que, ao proceder à decomposição do discurso, apaga-se a historicidade do dizer. A análise de Salles (*op.cit.*) não versa sobre o que é linguístico e oral. A questão que colocamos voltou-se para o não verbal e para o processo discursivo, ao *corpo-linguagem*. Por isso, para analisar o elemento não verbal, precisamos compreender o corpo como processo discursivo, como algo que possa ser inserido e discutido como autônomo e regular, não servindo à concepção de *sintaxe* como trata a tradição.

A noção de *sintaxe*, de ordem, foi deslocada por movimento, por deslizamento de sentido e não foi concebida como algo estritamente ligado ao componente linguístico, à transparência, à decomposição ou à estabilidade. O deslizar foi necessário porque não se pode com palavras significar da mesma forma que se significa pelo silêncio.

O corpo, manietado ao silêncio, é uma escrita viva, e os sentidos nele se desdobram, traçando veredas plurais. O *corpo (in)visível*, como as imagens a seguir exibirão, detém uma escuta e torna-se visível.

FIGURA 01: *vendedor ambulante informal*



A figura 01 apresenta o vendedor ambulante informal *antes* de sê-lo. Ele apresenta-se vestido de bermuda e de camiseta num carro de trem da *SuperVia*. Ele exhibe suas mercadorias no gancho para expô-las e vendê-las. Uma corrente de ferro é utilizada como suporte aos produtos que ficam em sacos plásticos transparentes presos por nós à corrente. No ato da venda, o ambulante puxa a embalagem plástica, que facilmente se desprende da corrente, e entrega a





mercadoria para o cliente. Para guardar e esconder as mercadorias, se houver alguma fiscalização, ele carrega no ombro uma bolsa grande e preta. Como podemos ver, há apenas um homem vendedor ambulante informal na imagem, que significa tantos outros na mesma situação.

O que estamos nomeando de *vendedor ambulante informal* compreende homens e mulheres de diversas faixas etárias e níveis de escolaridade. Esses, em situação de informalidade, são assim socialmente reconhecidos por movimentarem a economia urbana com a venda de produtos originais, falsificados, de qualidade duvidosa ou até possivelmente contrabandeados, a preços baixos nas opções de varejo, em locais públicos e privados na grande e importante cidade do Rio de Janeiro.

Nesse ponto, a *cidade legal* faz concessão à *cidade ilegal*. Muitas pessoas que nela circulam consomem alimentos, objetos de decoração, cosméticos, aparelhos eletrônicos, bebidas, CDs, DVDs, entre outros, por meio dos vendedores informais, ainda que as leis em vigor prescrevam que vendedores ambulantes não autorizados sonegam impostos e podem comprometer a saúde pública ao oferecer produtos em péssimas condições de conservação. Destacamos que ele, o vendedor ambulante, na situação de informalidade, é visto como ilegal e é tratado pelo artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/90, como ente *despersonalizado*.

A expressão *ente despersonalizado* evoca também muitos dizeres, como a leitura em que os vendedores ambulantes não credenciados podem ser vistos como sem *persona*, personalidade. Na forma opaca da lei, seriam os vendedores ambulantes sem personalidade, sujeitos de direitos sem serem pessoas dotadas de *persona*. Nesse olhar, somente a pessoa jurídica é personalizada juridicamente. E os *despersonalizados* não enquadrados na categoria jurídica, não seriam sujeitos de direitos?

O trabalho de leitura, por esse motivo, deve estar aliado ao político e ao ideológico. A análise não tratou de ler o não verbal pelo verbal nem de usar as imagens pelas imagens. Ler uma imagem discursivamente não é um pretexto para o puramente descritivo. Ler uma imagem não é apagar o ideológico, como aponta SOUZA (2001): “[...] entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais. (SOUZA, op. cit, p. 10).

Como se trata do silêncio da imagem, não há a possibilidade de segmentá-lo como se fazem com as palavras. As palavras de Courtine (1999) dizem sobre o verbal, todavia, indubitavelmente, reafirmam que





“[...] De fato, é preciso insistir, não é da *língua* que está se tratando, mas de *discurso*, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do *gramatical*, mas na ordem do *enunciável* [...]” (COURTINE, 1999, p.16)

A constituição de uma sintaxe do *corpo* está no plano horizontal, é discursiva, e buscamos compreender sua relação com a produção de efeitos de sentido. Essa possibilidade interpreta a linguagem como aquela que detém a sua própria ordem: a linguagem é um sistema opaco que significa e que não é reduzida às formas de comunicação. Na esteira desse dizer, a sintaxe *discursivizada* ou tratada discursivamente passa a ser vista como regular, distanciada da noção dos ordenamentos dos elementos na oração, na sentença ou *frase*. Ela é da ordem discursiva, possui suas próprias regras e se constitui na/pela linguagem.

A leitura do não verbal, *o corpo*, apontado como um *algoritmo sintático-discursivo*, nos termos de PÊCHEUX (2011), pressupõe dois eixos que se cruzam: um vertical, em que se apreende a ordem “lógica da sintaxe”, mas não o sentido; e um horizontal, em que trabalham os deslizamentos de sentido, como observa SOUZA (2013):

“[...] face a essa estabilidade paradigmática, a produção discursiva se dá, simultaneamente, numa projeção sintagmaticamente horizontal, como deriva, deixando traços na intradiscursividade da sequência textual. Promove-se, assim, um deslocamento: o rompimento da lógica sintática dá lugar a uma autonomização de um mundo discursivo autorreferido”. (SOUZA, 2013, p.11)

Os dois eixos sustentam a definição dada por Pêcheux para discursividade do verbal. Souza (*op.cit*) estende a reflexão e lança a *arquitetura do não verbal* para a observação das paráfrases visuais, o trabalho da policromia. O conceito de policromia faz um recorte nos pontos de divergência da imagem que desvela cores, luzes, ângulos, dentre outros, projetam correlações entre si e apontam sentidos. Essa rede de elementos nem sempre é visível, daí se dizer que

“[...] as imagens não são visíveis, tornam-se visíveis a partir da possibilidade de cada um projetar as imagens possíveis, que, necessariamente, não compõem a estrutura visual do texto não verbal em si, mas que compõem a rede de imagens mostradas, indiciadas, implícitas, metaforizadas ou silenciadas” (SOUZA, 2001, p. 17, 18).

O labor de leitura das imagens ancora-se em Souza (2013) para, pela noção de policromia, orientar o olhar através dos gestos de interpretação. As relações entre a arquitetura do não verbal e o trabalho pela policromia atrelam-se aos



sentidos que circulam o corpo do vendedor ambulante informal. Ele, que vende produtos nos carros dos trens da *Supervia*, utiliza-se das vestimentas, dos gestos, da postura, do movimento quando atravessa os carros do trem e da melodia do pregão. Todos esses elementos envolvem a *arquitetura do não verbal* e tecem sintática e discursivamente a sintaxe de que tratamos.

O ato de tecer dessa *arquitetura do não verbal* ao corpo silenciado e sua forma de *(in)visibilidade* está ligado a uma posição discursiva do vendedor ambulante informal no carro do trem. Tomando o espaço da *SuperVia* como uma posição discursiva subsidiada por uma formação discursiva, o carro do trem representa, por efeito metafórico, um enunciado não verbal e, a viagem de trem, um fio enunciativo. Inscreve-se, nessa costura, histórica e ideologicamente, o vendedor da *SuperVia* em uma posição discursiva dada, constituindo-se a *forma-sujeito vendedor ambulante informal*, onde tal formação discursiva somente se materializa no espaço da *SuperVia*.

A análise tornou-se viável por conta do mecanismo sintático da discursividade, que, ao deixar seus traços no domínio da *intradiscursividade*, permite trabalhar com as relações com o corpo e com suas formas de *(in)visibilidade*, no jogo com os atravessamentos; com os silêncios e com os silenciamento; com o flagrante; com a delinquência; com a individuação; e com a memória discursiva. Dizemos que é pela interpelação ideológica que o *corpo-sujeito vendedor ambulante informal* significa e é significado. E, no jogo da interdição, o corpo silenciado e interditado torna-se audível por uma escuta que lhe confere *visibilidade significada*, e ele reage.

FIGURA 02: Vendedor ambulante informal e o mascaramento (01)

A figura 02 revela um homem que não é um passageiro comum. Ele é um vendedor ambulante que, ao olhar pela janela do carro do trem, percebe que a fiscalização está à procura da venda ilegal para interdita-la. Ele é vendedor antes de sê-lo, um sentido que ocorre *antes da denominação*.



Sua atitude é notada por seu corpo: o vendedor ambulante informal finge ler um jornal. Entra, então, a noção de *mascaramento* de Bakhtin (1999). A máscara na imagem é utilizada como disfarce que não esconde, mas deixa visível o trans-



parecer, e esse mascaramento ganha peso simbólico, desnudando o corpo em flagrante que se significa no silenciamento e no espaço atravessado.

A máscara, por seu turno, faz o revelar dos vendedores ambulantes um processo de metamorfose: o homem da imagem não é um passageiro, ele é um vendedor ambulante travestido de passageiro; mesmo portando uma caixa de isopor azul com picolés à venda – evidência que poderia fazê-lo significar como vendedor ambulante aos olhos da fiscalização –, o sujeito age rapidamente e apanha um jornal deixado no banco por outrem. Ele senta-se e começa uma “suposta” leitura.

Interessante é observar o acontecimento em que o vendedor teve de se silenciar, pois a possível presença da autoridade fiscal o torna *silente*. Ele parece saber que o fiscal não pode pedir sua caixa de isopor para ser vistoriada, uma vez que não foi pego vendendo. O fiscal entra no carro do trem, avista o vendedor e parece reconhecê-lo, entretanto, não pôde detê-lo nem recolher sua mercadoria. A fiscalização o reconheceu como vendedor por meio da sintaxe que há no corpo. Notamos que há dois elementos em oposição, mas não em confronto. A atitude repressora também é silenciada, mas se significa.



FIGURA 03: Vendedor ambulante informal e o mascaramento (01)

A imagem acima mostra dois homens, um de pé e outro sentado. O homem sentado não é o vendedor ambulante mascarado de passageiro, mas o que está de pé o é. Houve, em ambas as figuras, 02 e 03, o vigiar para punir (FOUCAULT, 1999); nos casos, sem vendas orais, sem punições.

A figura 03 revela a falha no ato de punir, pois o vendedor ambulante refugia-se no silêncio. Essa é uma demonstração do jogo tenso de silenciamento que acontece nos carros dos trens. O corpo é a linguagem transbordando silêncio. Denunciado pelo movimento de seu corpo e movido pela necessidade de sobrevivência, metaforiza-se e seu *corpo* o significa; e, significando, pode ser lido e interpretado: o *corpo-texto*.





FIGURA 04: Vendedor ambulante informal atravessando o espaço da SuperVia (01)

A figura 04 permite compreender o funcionamento do mecanismo sintático da discursividade. O homem na fotografia é um vendedor ambulante informal, não credenciado, cujo corpo inscreve-se na *(in)visibilidade*. *(Re)dizemos* que seu corpo tem uma ordem, uma sintaxe significativa que permite ver sua posição de vendedor silenciada e que reage. A forma de silêncio é o da censura (local) e o *corpo silente* dos ambulantes, *antes* de anunciar, vende *antes* de vender. Há, assim, uma

relação ao contexto social e histórico, evocando a memória. As vozes históricas tatuadas no corpo atravessam os dizeres.

Como até aqui temos dito, o corpo de que tratamos não é simplesmente biológico nem um todo de carne, de ossos e de nervos, um *já-dado*. Trata-se do que se constitui, interpretação essa que o vê como um elemento não passível, mas que é construtor de sua *existencialidade*. Significa dizer que o corpo se significa e, nesse processo, ligado ao mundo sensível e ao que ele vive, ao experimentado, é significado. Estamos no limite da interpretação, no jogo simbólico dos sentidos, que, nessa costura, não concebe o corpo pela lógica racionalista. O corpo é histórico, inscrito, constituído e interpelado, portanto.

O corpo dos sujeitos vendedores ambulantes situa-se como uma localização material da significação e é atuante no comércio informal. A informalidade é compreendida como um fenômeno histórico e crescente no seio da contemporaneidade. Para depreender a atuação do corpo vendedor ambulante em sua significação é preciso, primeiro, rescindir a transparência e perscrutar *o real do sentido* em sua opacidade.

Sujeito interpelado pela ideologia, a imagem do *corpo-sujeito vendedor ambulante informal* é atravessada e atravessa os espaços dos carros dos trens; o vendedor ambulante informal é significado e significa-se antes de sê-lo, repetimos. Não se trata de representação. O sentido que se move e que está enleado à memória, à ideologia tece, assim, a costura, a ordem do silêncio de todo um dizer.



FIGURA 5: Significação pela (in)visibilidade (01)

A imagem do *corpo-sujeito vendedor ambulante informal* não significa isolada. O espaço do carro do trem e os vendedores ambulantes se significam. Se a figura 05 for mostrada para ser descrita, a grande maioria dirá que o carro do trem, com todas aquelas embalagens no assoalho, representa apenas um desleixo. Tudo o que está no piso seria sujeira deixada

pelos passageiros, que, por não dominarem ou por ignorarem as normas de convivência, jogaram lixo no chão.

Analisada discursivamente, a imagem faz sobejar e permite explorar outros sentidos. Não se trata de uma questão de falta de higiene. A situação de descaso ou de falta de limpeza, de fato, preocupa, mas, no caso, interessa o espaço que continua significativamente ocupado: *o retrato da ausência*, significado pelos corpos invisíveis e silenciados dos vendedores ambulantes informais que, por meio de uma escuta, não são, mas tornam-se visíveis. A ausência do corpo e sua significação personificam-se no espaço do carro do trem porque houve vendas, e as embalagens, não vistas como lixo apenas, confirmam tais dizeres. Essa interpretação, um ponto de deriva, joga com a ausência como um elemento também dizível.

FIGURA 6: Significação pela (in)visibilidade (02)

O *retrato da ausência* resvala sobre a (in)visibilidade identificada, significada, e os sentidos retidos no corpo do vendedor ambulante informal, cabisbaixo, que fora interdito, revelam o político. *Despersonalizado*, o vendedor ambulante é tomado como ilegal com sua prática de venda que suja os carros dos trens, viola a tranquilidade da viagem e atrapalha o fluxo.





Visto de outra forma, o vendedor ambulante luta diariamente para sobreviver e, como não encontra espaço no mercado de trabalho regulado pelas leis, talvez por sua baixa escolaridade, até mesmo por falta de outros incentivos, vende de modo irregular. Esses sentidos exibem o dizer político em ação, e a figura 06 torna-se visível.

O corpo do ambulante projeta diferentes textualizações pelo não verbal que significa seu corpo silenciado, e esse responde-se. Esses modos do dizer são os que tecem, na discursividade, a sintaxe da *corp(oralidade)* e que manifestam como a interdição impõe-se no movimento dos sentidos e, ao mesmo tempo, como a resistência do vendedor, seu dizer pelo *individualismo*, impera.

Ele sabe que não pode vender, mas, mesmo numa situação de impotência, está no espaço que proíbe as vendas não credenciadas. Havia, no dia em que a imagem foi registrada, inúmeros comentários entre ambulantes e passageiros sobre a fiscalização estar ali presente, disfarçada, e sobre, ainda, ela entrar a qualquer momento no carro do trem. O sentimento de insegurança faz parte da vida dos vendedores. Como não têm certeza de estarem ou não sendo vigiados, eles ponderam nas vendas orais e até as silenciam. A voz, por sua vez, cala-se, e o corpo entra em ação.

Observado o corpo do vendedor na imagem, percebe-se seu semblante. Ele não consegue elevar sua cabeça, tamanha a coerção, a força da *individualização*. Ele estava lá e, caso fosse abordado, diria que é um passageiro como outro qualquer e que está com a mercadoria para si mesmo, não para a venda naquele local. Os sentidos de resistência e de atravessamento estavam com ele. Poucos passageiros caminhavam até o vendedor e compravam. Ele, em uma posição de temor, vendia desconfiado, pelo silêncio atravessado.

A questão do *atravessamento* e a sua relação com os sentidos é cara. A *minhoca de metal*, o trem, move-se, corre e faz sua travessia pela cidade. O corpo do trem, com todos os seus carros, segue pelos trilhos de ferro e atravessa a cidade, o espaço urbano, no qual também estão os vendedores ambulantes. Sobre o espaço da cidade que é uma obra humana, sem interrupções, um produto histórico atravessado e que atravessa, Orlandi (2004) alega que

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. o corpo social e o corpo urbano formam um só. (ORLANDI, 2004, p.11)





O carro do trem tem o seu dizer que significa, que desvela. E, no *atravessar*, os corpos – da cidade, dos ambulantes e do trem – adjungem-se. O vendedor ambulante não credenciado é parte da cidade e nela se instaura, apreende-a e a modifica.

A cidade gera-se e reverbera sentidos sobre os sujeitos, e o *todo* criado os coaduna. O ambulante luta severamente por sua não segregação e por sua sobrevivência na sua vida de trabalho, embora o espaço por ele atravessado se feche a todo o momento, não por conta dos passageiros ou dos vendedores ambulantes credenciados, mas pelas coerções. Por deslizamento de sentido, há o jogo entre forças. Por mais que, no movimento circular, a *força centrífuga* da coerção e da lei os busque expelir, a *força centrípeta* os impulsiona ao centro, à resistência, pois eles foram constituídos naquele espaço e lá se significam e são significados.



FIGURA 7: *Flagrante*

O carro do trem deixa de ser simplesmente um espaço utilizado para transportar pessoas, abrindo-se ao novo e a outro significar. A figura 07 mostra um vendedor ambulante a caminhar pelo espaço do carro do trem. Em seu caminhar, o homem carrega uma caixa de papelão como alças feitas de ráfia. Como naquele trem os carros eram interligados e sem interrupções, ele vai longe sem nada a declarar, mas percebemos o seu *flagrante atravessar*.

A imagem estampa a volta do vendedor ambulante, que caminha de cabeça baixa. Ele carrega, na mão direita, a caixa de papelão e, na esquerda, os pacotes da mercadoria que pretende vender: *flagrante*. É na *(in)visibilidade significada* que o *atravessamento* e o *flagrante* constituem-se processos de for-

mulação dos sentidos, da interpretação no trabalho com o elemento simbólico. Durante a circulação do corpo do vendedor ambulante não ouvimos palavras, mas o corporificado gesto.

O corpo comum filia-se à formação discursiva do espaço, e a sua imagem de vendedor ambulante não credenciado, desvencilhado de sua identidade, de seu nome de batismo, de seu endereço, de escolaridade e de idade indefinidas é lida. Retomando Pecheux (1975), o sujeito, pela posição discursiva que ocupa, ocupando





um dizer, não transparece a língua, pois essa é opaca, mas transpira a ideologia, o seu dizer político-ideológico. Depreender esses dizeres, o *antes*, o não declarado, é um labutar exegético que concebe o *corpo silente*, simbólica e historicamente.

Palavras finais

A constituição da sintaxe da (*corp*)oralidade é o depreender da *forma-corpo* vendedor ambulante informal como político, simbólico, despersonalizado, mascarado, silenciado, silente, interditado, individuado, flagrante, (in)visível, atravessado e atravessador, delinquente, identificado, significado e que se significa.

Dar continuidade a um tema de pesquisa não denota obrigatoriamente permanecer na mesma perspectiva teórica para observar outro aspecto do que se analisa. O novo e outros percursos traçados tomaram o estudo de Salles (2011) como ponto de partida e deram-lhe, lançando mão dos aportes da AD, um tratamento político para compreender os sentidos que permeiam a constituição da *forma-corpo*, supracitada, que vende pelo silêncio nos carros dos trens da *Supervia*, no Rio de Janeiro.

Em todo o transcorrer pelo real do sentido expresso em sua forma opaca, o elemento não verbal obteve ressaltos e isso exigiu trabalhar com a noção de *incompletude* da linguagem para pensar o corpo como elemento simbólico em sua materialidade histórica ligada ao silêncio, à falta e aos sentidos cercados pelo invólucro da transparência.

Rompida a *diafaneidade* da linguagem, os movimentos de significação, o silêncio na/da *SuperVia* foram analisados. De um lado, há a *SuperVia*, que silencia os vendedores ambulantes informais por interdição legal; de outro, há a posição do sujeito vendedor ambulante em situação de informalidade, que, uma vez silenciado, mostra-se resistente e se expressa *antes*, pelo elemento não verbal, pois seu corpo o significa na ausência da oralidade.

Na validade desse delinear, foi possível compreender como a constituição da *forma-corpo vendedor ambulante informal* da *Supervia* se relaciona intimamente à ideologia, à memória discursiva, à historicidade, ao silenciamento, ao flagrante, à delinquência, à individualização e ao individualismo, aos atravessamentos e à contemporaneidade.





Esses dispositivos de análise, dadas as condições de produção, permitiram jornadas com as margens, nos limites da interpretação. Por deslizamentos de sentido e por intervenções a todo o momento, a trilha foi se constituindo ao longo desse discorrer para que fossem realizadas intercessões não fora do escopo da ideologia e da história, mas incluindo um olhar daquelas.

Diferentemente das palavras, o dizer do silêncio tem seus próprios meandros: uma forma de ser a *respiração* de toda a significação. Imerso na política do silêncio, no seu jogo com os sentidos, em sua materialidade, entra em cena o corpo do sujeito vendedor ambulante informal no espaço da *SuperVia*, que ele também toma como seu, onde ele se revela, transbordando-se.

Como foi dito, seu corpo não o representa. O corpo foi pensado em uma perspectiva não biológica, mas subjetivamente atuante como forma de linguagem. Em Orlandi (2011) e nos nossos dizeres, inscritos no corpo do sujeito há tatuagens desenhadas, sentidos que não podem ser pensados separada ou aleatoriamente. Se assim o fosse, o corpo seria um já-dado, nada constituído em forma material, simbólica e histórica.

A *forma-corpo* vendedor ambulante informal exprimia seus dizeres, sua ordem do corpo, sua sintaxe discursiva. O ouvir de tal escuta impunha-nos à leitura do não verbal, o corpo silenciado do vendedor ambulante informal que nos toma como um *algoritmo sintático-discursivo*, apoiado na noção de algoritmo de Pêcheux (2011). Reafirmamos que tal algoritmo, aqui *(re)pensado* e *ressignificado*, pressupõe dois grandes eixos que se cruzam, sendo um na verticalidade, no qual está a ordem *lógica da sintaxe*, e outro na horizontalidade, em que centramos nosso olhar. Nele, há os deslizamentos de sentido, como nota Souza (2013). Como parte da *arquitetura do não verbal* e por deslizamento de sentido, no eixo da horizontalidade, o corpo do vendedor informal nos carros dos trens da *Supervia* tece-se discursivamente. Inseparáveis de seus dizeres silenciados, interditados e individualizados, o corpo dos sujeitos analisados diz e se significa como *locus* material da significação e corrobora a visão de que o homem, enquanto sujeito por interpelação ideológica, exprime-se em *corpo* e em *silêncio*, atados a um grande tear no qual se relacionam o *dizer político do corpo* em sua constituição — a sintaxe da *(corp)oralidade*.





Referências

ALTHUSSER, Louis. (1985), “Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado”. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e Renascimento – o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo. Hucitec, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. *O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURSKY, 186 Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, RS: ed. Sagra Luzatto, 1999.

FOUCAULT, M. *Deux essais sur le sujet et le pouvoir, I - Pour quoi étudier le pouvoir, la question du sujet; II - Le pouvoir, comment s'exerce-t-il?* In: DREYFUS, H. , RABINOW, P. Michel Foucault. *Un parcours philosophique*. Paris, Gallimard, 1984, p. 297 - 321.

_____. *Prefácio e Classificar*. IN: *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.5-14 e p.139-178.

_____. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (27ª ed., de Raquel fundamentos. 1ª ed. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006. p. 231 - 265.

HAROCHE, Claudine. 1992. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. In: _____; LAGAZZI-RODRIGUES, S. Oxford UK/Cambridge USA: Blackwell, 1995.

_____. *Tralhas e troços: o flagrante urbano*. In: _____. (org.) *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*, 2001.

_____. *Textualização do corpo: a escritura de si*. In: *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004. p. 119-128.

_____. *Análise de discurso*. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.



..... *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2010.

..... *Corpo e Sujeito: Na Dança, Os Sentidos*. In: Anais do Enelin 2011. Disponível em: < <http://www.letras.etc.br/enelin2011/anais/texts/92.pdf> > Acesso em: 23 de novembro de 2015.

PÊCHEUX, M., *Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod, 1969.

..... *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: ed. Unicamp, 1988. *Precarização nos Mundos do Trabalho*. In: Teoria Política e Social. V. 1. N. 1, dez. Ramalheite, trad.). Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).

.....; LÉON, J. (1982) *Análise sintática e paráfrase discursiva*. In: *Análise do discurso: Michel Pêcheux - Textos selecionados por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.163-173.

RIBEIRO, M. P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 1998.

SALLES, Lincoln Marco da Silva. *Constituintes à esquerda como estratégia de venda*. Dissertação de Mestrado em Linguística - Faculdade de Letras UFRJ - RJ: 2011.

....., Lincoln Marco da Silva. *Quando os constituintes à esquerda como estratégia de venda são silenciados: análise e tratamento político da sintaxe da corp(oralidade)*. Tese de Doutorado em Linguística - Faculdade de Letras UFRJ - RJ: 2015.

SOUZA, T. C. C. A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. Rua (UNICAMP), Campinas, SP, v. 7, p. 65-94, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/viewFile/323/204>.

Acesso em: 09/08/2014.

..... Gestos de interpretação e olhar(es) na fotos de Curt Nimuendajú: índios no Brasil. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 2, art. 16, pp. 287-301, Abr./Jun. 2013.